

CONTRATO CEDAE N.º 004 /18 (DI)

Contrato que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE** e a **CHISON EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE** - sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, registrada na JUCERJA sob o nº 5000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o nº 33.352.394/0001-04, neste ato por seus representantes ao final assinados, Diretor-Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, e Diretor de Distribuição e Comercialização do Interior, Sr. HELENO SILVA DE SOUZA, doravante designada **CEDAE**, e a **CHISON EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na Rua Sete de Setembro, nº 88, salas 1203 e 1205 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP.20.050-002, inscrita no CNPJ sob o n.º 42.563.916/0001-08, neste ato por meio de seu Sócio Administrador, Sr. JULIO CHITMAN, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº 03.562.421-2 (IFP/RJ) e CPF nº 0708.850.957-15, residente e domiciliado na Rua Paulo Barreto, nº 34, apt. 501, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, doravante designada CONTRATADA, têm entre si, na conformidade do que consta do Processo nº **E-17/100.440/2015** relativo à Licitação **CN nº 001/2016 ASL-1.1** justo e acordado o presente que se regerá incondicional e irrestritamente pelas normas da Lei nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações da Lei 8.883, de 08/06/94 e da Lei 9.648 de 27/05/98, pela Lei nº 287, de 04/12/79 e pelo Decreto nº 3.149, de 28/04/80, que regulamentou o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro, e pelo Decreto Estadual nº 16.672, de 28/06/91, pela Lei Complementar 123, de 14/12/2006 e pelas cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

**1.1.** O objeto do presente Contrato é a execução dos **"SERVIÇOS CONTÍNUOS DE APOIO, REPARO, COMPLEMENTOS E MANUTENÇÃO DOS RAMAIS, LIGAÇÕES PREDIAIS, REDES E ELEVATÓRIAS NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTOS DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, INCLUSIVE REPOSIÇÃO DE PAVIMENTO NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA DIRETORIA DO INTERIOR - LOTE II"**.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO E SUA SUBMISSÃO AO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

**2.1.** O prazo de execução dos serviços é de **360 (trezentos e sessenta) dias** corridos a partir do dia seguinte à data estabelecida na Ordem de Início, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos com vistas a obtenção de preços e condições mais

vanatajosas para a Administração, limitada a sessenta meses, conforme preceitua o art. 57, inciso II da Lei 8.666/93.

**2.2.** O Início de Vigência, do presente Contrato, será no dia seguinte à data estabelecida na Ordem de Início para execução dos serviços.

**2.3.** No decorrer da execução dos serviços, será exigida uma produção que aos preços contratuais, corresponda às etapas mensais mínimas estabelecidas em percentagens acumuladas em relação ao valor total dos serviços contratados, em conformidade com o cronograma físico-financeiro anexado ao presente Contrato que, devidamente rubricado pelas partes contratantes, passa a fazer parte integrante deste instrumento.

**2.4.** A ocorrência de condições que poderiam ocasionar a prorrogação do prazo contratual, bem como dos prazos intermediários de execução dos serviços, estipulados no cronograma físico apresentado pela **CONTRATADA**, serão apreciadas e decididas pela Fiscalização que, a seu critério, poderá alterá-los, desde que não acarretem para a **CEDAE** qualquer acréscimo de custo nos serviços e sejam plenamente justificados. Neste caso, tais alterações de prazos não serão consideradas como inadimplemento contratual.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CEDAE**

**3.1.** Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a** – remeter cópia deste instrumento contratual ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, no prazo de 15 (quinze) dias de sua publicação;
- b** – efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste Contrato;
- c** – emitir autorizações específicas para atuação junto a terceiros;
- d** – fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, ligados ao presente Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**4.1.** A **CONTRATADA** obriga-se a:

- a** - conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e com estrita obediência às leis vigentes;
- b** - obedecer às Normas de Projeto e Execução de Obras da **CEDAE**, tomando delas expresso conhecimento;
- c** - responder pelos serviços que executar, na forma da lei;
- d** - prover os serviços, ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela **CEDAE**;
- e** - providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por Lei, com vigência a partir da data de início das obras até seu recebimento definitivo. Assim sendo, será responsável pela contratação dos seguros do pessoal, edificações, instalações, equipamentos e veículos que utilizar na execução dos serviços, sob pena de assumir diretamente todos os riscos e ônus inerentes;
- f** - comparecer, sempre que a **CEDAE** solicitar, aos seus escritórios ou em outro local indicado, por seu titular ou engenheiros credenciados, para examinar e prestar esclarecimentos a problemas relacionados com o objeto deste Contrato. A

convocação deverá ser feita com, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;

**g** - atender a todas as solicitações de natureza técnica, da **CEDAE**, relacionadas com o objeto deste Contrato;

**h** - manter a **CEDAE** informada, de acordo com as conveniências desta, de todos os pormenores dos serviços contratados;

**i** - obedecer estrita e rigorosamente aos prazos de execução dos serviços e/ou de entrega de equipamentos constantes deste Contrato, cabendo à **CEDAE**, no caso de inadimplemento, o direito de suspender a sua execução e de aplicar as penalidades cabíveis, sem que à **CONTRATADA** assista direito a indenização;

**j** - destinar um recinto apropriado em seu escritório, a fim de alojar o pessoal técnico da Fiscalização da **CEDAE**;

**l** - substituir qualquer membro da equipe de trabalho, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sempre que solicitado pela **CEDAE**;

**m** - prestar, sem ônus para a **CEDAE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados nos trabalhos, sempre que a ela imputáveis;

**n** - submeter à prévia aprovação da **CEDAE** qualquer alteração de sua equipe de trabalho;

**o** - providenciar, antes do início dos serviços, o recolhimento da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), conforme determina a Lei Federal nº 6.496 de 07/12/77, relativa à execução dos serviços, definindo os responsáveis técnicos dos mesmos.

**p** - manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

**q** - na execução contratual, a gestão de resíduos gerados da totalidade das atividades necessárias à implementação da obra em questão deverá seguir ao estabelecido nas diretrizes, critérios e procedimentos para gestão de resíduos da construção civil da Resolução CONAMA Nº 307, de 05 de julho de 2002.

**r** - A **CONTRATADA** disponibilizará as Memórias de Cálculos de dimensionamento, juntamente com os Projetos Executivos, para fins de verificação da adequação da solução adotada.

**s** - A **CONTRATADA** deverá apresentar para cada medição a respectiva memória de cálculo, na qual deverá constar a indicação dos locais precisos da execução dos serviços e das dimensões de cada parte ou trecho do item medido, preferencialmente através de croqui.

**s.1** - As medições serão realizadas com base nos serviços efetivamente realizados pela **CONTRATADA**.

**t** - Apresentar NOTA FISCAL ELETRÔNICA dos itens referentes aos fornecimentos de materiais, emitidas por seus respectivos fornecedores, mediante acesso ao sistema informatizado da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, disponibilizado no endereço eletrônico [www.fazenda.rj.gov.br](http://www.fazenda.rj.gov.br).

**t.1** - Todos os arquivos de NF-e oriundos de fornecedor (arquivo XML) deverão ser enviados para o e-mail [nfe@cedae.com.br](mailto:nfe@cedae.com.br).

**u** - A **CONTRATADA** deverá se responsabilizar, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e



encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização das obras ou serviços, até a sua entrega perfeitamente concluída.

**v - A CONTRATADA** deverá obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à despesa da contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução das obras ou serviços, englobando todas e quaisquer despesas decorrentes da execução dos contratos de trabalho em razão de horário, condição ou demais peculiaridades.

**x - A CONTRATADA** deverá, na forma do disposto na Lei Estadual nº 7.258, de 12/04/2016, preencher os postos de trabalho com pessoas portadores de deficiência ou necessidades especiais, respeitando o contido no art. 7º, inciso XXXI, da Constituição Federal, na seguinte proporção indicada no art. 93, da Lei 8.213, de 24/07/1991:

- I- De cem a duzentos postos de trabalho, 2% (dois por cento);
- II- De duzentos a um a quinhentos postos de trabalho, 3% (três por cento);
- III- De quinhentos e um a mil postos de trabalho, 4% (quatro por cento);
- IV- Mais de mil postos de trabalho, 5% (cinco por cento).

#### **CLÁUSULA QUINTA - FISCALIZAÇÃO**

**5.1.** É facultado à **CEDAE** exercer ampla fiscalização sobre os serviços objeto do presente Contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a **CONTRATADA** prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso, em qualquer fase, época e local onde se processem tarefas relacionadas com o desenvolvimento dos serviços.

**5.2.** A ação ou omissão da Fiscalização da **CEDAE** não eximirá a **CONTRATADA** de sua total e exclusiva responsabilidade quanto à perfeição dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**6.1.** As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2018, assim classificados:

Programa de Trabalho: 1200226064  
Código Orçamentário: 33903918  
Fonte de Recursos: 10  
Conta Contábil: 411110325  
C. Custos: DI07000000  
ID da Reserva Orçamentária: 2018000023.

**6.2.** As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – PREÇO E VALOR DO CONTRATO**

**7.1.** A **CONTRATADA** se obriga a realizar as obras ora contratadas, em regime de empreitada por preço unitário, pelo preço de sua Proposta na Licitação no valor de **R\$**

**31.900.376,39 (trinta e um milhões, novecentos mil, trezentos e setenta e seis reais e trinta e nove centavos)**, com preço base no mês da Estimativa Orçamentária conforme tabela abaixo, detalhada às fls. 4.429 a 4.438 do processo E-17/100.440/2015 (volume 016).

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	VALOR TOTAL DO ITEM (R\$)
01	MOBILIZAÇÃO E SUPERVISÃO	1.413.840,62
02	SERVIÇOS TÉCNICOS	366.728,34
03	CAIXAS PARA REGISTROS	48.245,06
04	FORNECIMENTO E MATERIAIS	3.637.495,85
05	SERVIÇO DE APOIO INCLUSIVE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS	23.449.909,00
06	EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS	116.779,39
07	PRESSURIZAÇÃO DA REDE COM BOMBA	540.157,80
08	AUTOMAÇÃO DE POÇOS TUBULARES	1.308.494,40
09	SUBSTITUIÇÃO DA REDE DISTRIBUIDORA	1.018.725,93
<b>TOTAL</b>		<b>31.900.376,39</b>

\*planilha detalhada com preços unitários às fls. 4.429/4.438 do processo E-17/100.440/2015 (volume 016)

**7.2.** O preço ajustado no item anterior desta Cláusula inclui o lucro e todos os custos dos serviços, sejam diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa ainda que não prevista textualmente neste Contrato, inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.

**7.3.** A **CEDAE** poderá, atendendo às diretrizes da Lei 8.666/93, substituir, total ou parcialmente, quaisquer itens da Planilha de Preços da Proposta, por itens e serviços que constem da tabela de preços do Serviço de Composição de Preços da Empresa de Obras Públicas (EMOP), sendo os valores unitários adotados aqueles relativos ao mês da Estimativa Orçamentária descontados do percentual oferecido pela licitante vencedora em relação ao preço total orçado.

**7.3.1** Caso os serviços não constem da Planilha de Preços da Proposta nem da tabela de preços da EMOP, será efetuada pesquisa de mercado junto a no mínimo 04 (quatro) empresas especializadas, adotando-se o menor dos preços.

**7.3.2.** A **CONTRATADA** se obriga, especificamente, a aceitar nas mesmas condições contratuais o prescrito nos parágrafos 1º e 2º do art. 65 (sessenta e cinco) da Lei 8.666/93 e suas alterações, quanto aos acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até os limites nela estabelecidos.

**7.4.** A **CONTRATADA** se obriga, especificamente, a aceitar nas mesmas condições contratuais o prescrito nos parágrafos 1º e 2º do Art. 65 (sessenta e cinco) da Lei 8.666/93 e suas alterações, quanto aos acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até os limites nela estabelecidos.

**7.4.1.** Em havendo acréscimo ou supressão de serviços constantes na planilha original, os preços unitários serão os mesmos originariamente propostos.

## CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

**8.1.** Somente será analisada a concessão do reajustamento de preços caso a periodicidade ultrapasse 1 (um) ano, unicamente se ocorrer variação do valor contratual, contado a partir da data da apresentação da proposta, observada a legislação vigente

e/ou substitutivas e face à comprovada elevação dos insumos utilizados. Neste caso, será adotado como limite o índice relativo a família de cada item da planilha orçamentária.

- os preços contratados serão reajustados, unicamente em obediência à periodicidade prevista na lei vigente, e de acordo com o seguinte critério:

- valor do reajustamento, das obras e serviços contratados, será calculado pela variação do índice relativo a família de cada item da Planilha Orçamentária, que corresponde aos cinco primeiros dígitos do Código do Serviço, de acordo com a classificação estabelecida no "Catálogo de Referência da EMOP", tendo como data base a data da apresentação da proposta, segundo a fórmula que segue:

$$R = \sum P_0 * Q * \left[ \frac{I - I_0}{I_0} \right]$$

onde :

R = Valor do reajustamento

P<sub>0</sub> = Preço unitário contratual

Q = Quantidade medida no mês

I = Índice da família EMOP correspondente ao mês do reajustamento

I<sub>0</sub> = Índice da família EMOP correspondente ao mês da apresentação da proposta.

- o valor do reajustamento será objeto de fatura própria, separada daquela a preços contratuais.

**8.1.1** As partes convencionam que o prazo decadencial para a **CONTRATADA** solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na **CEDAE**, é de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.

## **CLÁUSULA NONA – MEDIÇÃO, FATURAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO**

**9.1.** Os pagamentos das faturas serão efetuados em parcelas mensais, após a aceitação das medições correspondentes por parte da **CEDAE**, no 30º (trigésimo) dia corrido contado a partir da data final do período de adimplemento.

**9.1.1.** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, por culpa exclusiva da **CEDAE**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês pro rata die.

**9.2.** Os pagamentos devidos em decorrência da execução dos serviços objeto deste Contrato serão efetuados mediante crédito em conta bancária, mantida pela **CONTRATADA**, via Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor" (Anexo VI), integrante de sua proposta.

**9.3.** Mensalmente, até o dia 30 (trinta) de cada mês, a Fiscalização, de comum acordo com a **CONTRATADA**, estabelecerá a programação dos serviços e/ou fornecimentos a



serem realizados no mês seguinte, tendo por base as metas do cronograma físico-financeiro contratual e as necessidades da obra.

**9.4.** Mensalmente, a Fiscalização procederá à verificação do avanço da implantação e do cumprimento das metas mínimas do cronograma físico-financeiro contratual.

**9.5.** A cada 30 (trinta) dias, a **CONTRATADA** fará a emissão da medição/fatura dos serviços realizados e dos fornecimentos de materiais e equipamentos considerados pela Fiscalização aceitos e de conformidade com o cronograma físico-financeiro contratual, cujos percentuais limitarão os valores dos serviços medidos.

**9.5.1.** Os serviços relativos à administração local da obra, serão pagos com o mesmo percentual de execução da obra, quando das medições.

**9.5.2.** Na elaboração dos projetos executivos e Cadastro Técnico, previstos na presente licitação, deverão ser seguidas as Normas pertinentes. E, havendo a necessidade de acréscimo no número de pranchas previstas na planilha orçamentária, o que deverá ser tecnicamente justificado e submetido à aprovação da **CEDAE**.

**9.5.2.1.** Os itens referidos acima deverão ser medidos em função dos produtos apresentados, ou seja, as pranchas apresentadas.

**9.6.** A Fiscalização terá 2 (dois) dias úteis, após o recebimento da medição/fatura, para aprová-la ou devolvê-la.

**9.6.1.** No caso da não concordância com parte da medição, a Fiscalização liberará a parte não controvertida, notificando a **CONTRATADA** quanto às pendências do restante da medição.

**9.6.2.** No caso de a Fiscalização encontrar erros na medição feita pela **CONTRATADA**, esta medição lhe será devolvida para sua reapresentação ou para proceder conforme disposto em 9.6.1.

**9.7.** Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, a contagem do prazo para pagamento será suspensa até a reapresentação da respectiva fatura isenta de erros, sendo então prosseguida a contagem inicialmente interrompida.

**9.8.** A **CEDAE** não se responsabilizará pelo pagamento de medições de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo as expressamente determinadas pela Fiscalização.

**9.9.** Toda fatura fará menção específica à medição na qual a mesma se baseia.

**9.10.** A liberação do primeiro pagamento ficará condicionada à entrega, pela **CONTRATADA**, da comprovação de pagamento da ART-ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA da obra.

**9.11.** Os pagamentos, das faturas ou notas fiscais, das etapas da prestação dos serviços, ficarão condicionados à apresentação, pela **CONTRATADA**, de cópia

autenticada da guia quitada de recolhimento dos encargos previdenciários e respectiva folha de pagamento relativa aos serviços realizados na etapa faturada, conforme prescreve o parágrafo 2º do Art. 71 da Lei 8666/93 alterado pelo Art. 4º da Lei 9032/95 de 28/04/95.

**9.11.1.** Para efeito do subitem anterior a **CONTRATADA** deverá elaborar folha de pagamento exclusiva, para as obras contratadas, conforme preconizado no parágrafo 4º do Art. 31 da Lei 8212/91 de 24/07/91, alterado pelo Art. 2º da Lei 9032/95 de 28/04/95.

**9.12.** A fatura final deverá corresponder, no mínimo, a 10% (dez por cento) do valor do Contrato e só será processada após a aceitação provisória da obra.

**9.13.** A **CEDAE**, a qualquer tempo, poderá utilizar créditos da **CONTRATADA** para atender aos compromissos e obrigações assumidos, e não cumpridos, pela mesma, junto aos seus empregados e subcontratados, em decorrência das obras objeto deste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIAS**

**10.1.** Como garantia do Contrato e da boa execução das obras em objeto e para cobertura de eventuais débitos, a **CONTRATADA** depositará na Tesouraria da **CEDAE** a importância de 1,5% (um vírgula cinco por cento) sobre o valor total do Contrato (item 1 do parágrafo 2º do Art. 47 do Decreto Estadual nº 3.149 de 28/04/80), de acordo com o Art. 56 (cinquenta e seis) da Lei 8.666/93.

**10.2.** Sempre que se fizer necessário, a **CONTRATADA** deverá providenciar o reforço da garantia, mantendo assim a relação de 1,5% (um vírgula cinco por cento) entre o valor da Garantia Contratual e o valor do Contrato.

**10.2.** A liberação da garantia de que tratam os itens anteriores desta Cláusula ficará condicionada à autorização, por parte da **CEDAE**, depois de apurado administrativamente o cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** e após a aceitação definitiva da obra pela Fiscalização da **CEDAE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

**11.1.** As obras objeto deste Contrato serão executadas sob a direção e responsabilidade técnica dos Engenheiros Srª ROSANGELA GIMENES DOS SANTOS, CPF nº 495.498.127-15, CREA nº RJ-89100252-0/D, Sr. MARCO AURÉLIO PARENTE, CREA nº RJ-1981100995/D e Sr. JOÃO LUIZ COUTINHO DE FARIA, CREA nº RJ-1965100242/D e JOSÉ CHITMAN, CREA nº 54133/D, que ficam autorizados a representar a **CONTRATADA**, em suas relações com a **CEDAE**, em matéria de serviço.

**11.2.** A **CONTRATADA** obriga-se a manter os engenheiros indicados nesta cláusula como Responsáveis Técnicos na direção dos trabalhos e no local das obras até seu final. A substituição dos Responsáveis Técnicos poderá ser feita por outro de igual lastro de experiência e capacidade, cuja aceitação ficará a exclusivo critério da **CEDAE**.

**11.3.** Os Responsáveis Técnicos aqui indicados deverão figurar como tal na ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, de que trata o item 9.10 da Cláusula Nona deste Contrato.



## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**12.1.** A realização das obras, conforme definidos no Edital da Licitação e na Proposta da **CONTRATADA**, terá início a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela **CEDAE** (Ordem de Início).

**12.2.** A **CEDAE** poderá, a qualquer tempo e a seu critério, determinar por escrito a suspensão dos serviços em andamento. A suspensão tornar-se-á efetiva 30 (trinta) dias corridos a partir do recebimento, pela **CONTRATADA**, desta determinação, devendo a mesma proceder à entrega dos serviços até então executados ou em execução, os quais lhe serão remunerados pela **CEDAE**, desde que tecnicamente aceitos.

**12.3.** A **CEDAE** poderá deixar de expedir Ordem de Execução - OEX, em função da indisponibilidade dos recursos indispensáveis à execução das obras, ou ainda se a **CONTRATADA** não tiver terminado ou imprimido, à OEX anterior, ritmo e qualidade aceitáveis pela Fiscalização da **CEDAE**. Nestes casos, não assistirá à **CONTRATADA** direito a indenização, reembolso ou compensação de qualquer espécie, exceto quanto ao pagamento de serviços executados, entregues e aceitos pela Fiscalização.

**12.4.** As Ordens de Execução emitidas pela **CEDAE** e aceitas pela **CONTRATADA** ficarão fazendo parte integrante deste Contrato.

**12.5.** A Coordenação Geral dos trabalhos da **CONTRATADA** deverá estar localizada, obrigatoriamente, no Município do Rio de Janeiro ou em outro Município do Estado do Rio de Janeiro, a juízo da **CEDAE**.

**12.6.** Deverá ser obedecida a orientação da Fiscalização da **CEDAE** na execução dos serviços.

**12.7.** Na execução das obras objeto deste Contrato serão obedecidas: as Especificações Técnicas, o Projeto e os demais elementos fornecidos pela Fiscalização; as Normas Técnicas da ABNT e, no que couber, as disposições legais e regulamentares em vigor, especialmente as relacionadas com execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, penalidades, rescisão de contratos, pagamentos, medição de serviços e normas técnicas.

**12.8.** Na execução do objeto contratual serão também seguidos os dispositivos da **CEDAE-DPO-1** abaixo discriminados, cujas cópias poderão ser adquiridas na Coordenação de Licitações de Obras e Serviços de Engenharia, à Av. Presidente Vargas, 2655 - 7º andar, no horário de 9:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas.

**12.8.1.** Ordem de Serviço "E" DPO nº 01, de 01/04/85 que aprova o Modelo de Memorando para Solicitações Endereçadas à **CEDAE**.

**12.8.2.** Ordem de Serviço "E" DPO nº 001, de 28/01/88 que aprova as Normas para Medições de Obras ou Serviços.

**12.8.3.** Ordem de Serviço "E" DPO nº 03, de 01/04/85 que aprova as Normas para Prorrogação ou Suspensão do Prazo Contratual das Obras ou Serviços.

**12.8.4.** Ordem de Serviço "E" DPO nº 04, de 01/04/85 que aprova as Normas para Fiscalização das Obras ou Serviços.

**12.8.5.** Regulamento Geral de Medição e Preços de Serviços e Obras.

**12.9.** Todas as despesas relativas a serviços noturnos, inclusive as referentes a iluminação, correrão por conta exclusiva da **CONTRATADA**.

**12.10.** A **CONTRATADA** se responsabilizará, por si e por seus sucessores, por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que, a qualquer título venha a causar à **CEDAE**, ao Estado do Rio de Janeiro e/ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços objeto deste Contrato.

**12.11.** A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de junho de 1978 e suas Portarias modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

**12.11.1.** Todos os empregados da **CONTRATADA** deverão trabalhar com Equipamento de Proteção Individual (EPI), tais como capacetes, botas, capas, óculos e demais equipamentos adequados para cada tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido. A Fiscalização poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação correrá por conta da **CONTRATADA**, mantendo-se inalterado o prazo de execução da obra.

**12.12.** No decorrer da execução dos serviços, será exigida uma produção que, aos preços contratuais, corresponda às etapas mensais estabelecidas pela **CONTRATADA** no cronograma físico-financeiro contratual, em percentagens acumuladas em relação ao valor total das obras contratados.

**12.12.1.** Caso estas etapas mensais não sejam cumpridas pela **CONTRATADA**, após a verificação da Fiscalização da **CEDAE**, serão pagos à **CONTRATADA**, somente os serviços e fornecimentos efetivamente executados.

**12.13.** Todos os materiais/equipamentos a serem empregados na execução das obras deverão ser de primeira qualidade e novos, sujeitando-se a **CONTRATADA** à realização dos ensaios/testes, de Controle de Qualidade, determinados pela Fiscalização.

**12.14.** Em todos os casos em que a execução dos serviços, por motivos imputáveis à **CONTRATADA**, ocasionar prejuízos aos serviços já executados, a **CONTRATADA** arcará com os custos de restauração para recolocá-los em suas condições originais.

**12.15.** A **CONTRATADA** responderá de maneira absoluta e inescusável pelos serviços, assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade pela sua execução e qualidade técnica.

**12.16.** A **CONTRATADA** se obriga a cooperar com outras contratadas da **CEDAE**, entrosando-se com elas, a fim de que todos os serviços se desenvolvam conforme a programação estabelecida para cada uma. Quaisquer entendimentos entre as diversas contratadas serão feitos, por escrito, sempre através da Fiscalização.

**12.17.** A aceitação das obras ficará sujeita à aprovação da Fiscalização, obrigando-se a **CONTRATADA** a refazer aqueles que forem rejeitados, ficando, também, condicionada ao fornecimento, pela **CONTRATADA**, das plantas e desenhos relativos às obras por ela, realmente executados, de acordo com as normas, instruções e especificações do Serviço de Cadastro Técnico da **CEDAE**.

**12.18.** A aceitação provisória da obra será promovida pela **CEDAE**, mediante a designação de uma Comissão de 3 (três) membros, devidamente habilitados, a qual verificará quanto ao cumprimento de todas as cláusulas contratuais, emitindo termo circunstanciado, assinado pelas partes, dentro do prazo de 15 (quinze) dias da comunicação por escrito da **CONTRATADA**, informando a conclusão das obras.

**12.18.1.** Para o recebimento provisório será necessário a apresentação da Certidão Negativa de Débito (CND) junto ao INSS, a comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade da Situação Fiscal junto ao FGTS.

**12.19.** A aceitação definitiva da obra será promovida pela **CEDAE** mediante a designação de uma Comissão de 3 (três) membros, devidamente habilitados, após 90 (noventa) dias da emissão do termo de que trata o item anterior desta Cláusula e, desde que tenham sido sanadas por parte da **CONTRATADA** as eventuais irregularidades nele consignadas, inclusive aquelas estipuladas na letra "m", item 4.1. da Cláusula 4ª deste Contrato. Nesta ocasião será emitido termo circunstanciado, assinado pelas partes.

**12.19.1.** Para a expedição do Termo de Recebimento Definitivo a **CONTRATADA** deverá tomar as seguintes providências:

- a) Testar todos os equipamentos e instalações;
- b) Revisar todos os acabamentos;
- c) Proceder à ligação definitiva de todas as instalações, devidamente oficializadas;
- d) Corrigir os defeitos ou imperfeições apontados ou que venham a ser verificados em qualquer elemento da obra/serviços executados;
- e) Apresentar a quitação das obrigações trabalhistas relacionadas com o pessoal empregado na obra, inclusive quanto às Guias de Recolhimento junto ao INSS e FGTS;
- f) Apresentar a Certidão Negativa de Débito (CND), fornecida pelo INSS relativo à obra/serviços.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SUBCONTRATAÇÃO OU CESSÃO DO CONTRATO**

**13.1.** Não será admitida cessão, sub-rogação ou subcontratação nos serviços executados.



#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** A inexecução do contrato, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

**14.2.** A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

**14.2.1.** Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

**14.3.** A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.

**14.3.1.** A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

**14.3.2.** A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", do item 14.1, será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

**14.3.3.** A aplicação da sanção prevista na alínea "d", do item 14.1, é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

**14.4.** A multa administrativa, prevista na alínea "b", do item 14.1, observará o seguinte:

- a) Corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;
- b) Poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) Não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) Deverá ser graduada conforma a gravidade da infração;
- e) Nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

**14.5.** A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do item 14.1, observará o seguinte:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

**14.6.** O não atendimento às solicitações da Fiscalização da **CEDAE**, sujeitará a **CONTRATADA** a multa de até 5%(cinco por cento) sobre o valor do contrato.

**14.7.** A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da **CEDAE**, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.

**14.8.** Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, ocorrendo rescisão por motivo imputável à **CONTRATADA**, esta responderá, alternativamente, à escolha da **CEDAE**, por:

- a) Multa rescisória de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato, podendo a CEDAE se ressarcir desses valores com as garantias contratuais ou com os créditos de qualquer pagamento ainda devido à **CONTRATADA**; ou
- b) Pagamento de perdas e danos que puderem ser efetivamente apurados.

**14.9.** A aplicação das multas dar-se-á cumulativamente, à medida em que cada obrigação deixar de ser cumprida, limitando-se a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

**14.10.** O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento, ou das sanções administrativas.

**14.11.** As multas porventura aplicadas serão consideradas dívida líquida e certa, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA** ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

**14.12.** A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do item 14.1, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

**14.12.1.** A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**14.12.2.** A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

**14.12.2.1.** A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do item 14.1, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d", do item 14.1.

**14.13.** Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**14.14.** As penalidades previstas no item 14.1 também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

**14.14.1.** Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do item 14.1, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RESCISÃO**

**15.1.** Constituem causas para rescisão do Contrato, de acordo com o Artigo 78 da Lei 8.666/93, os seguintes motivos, dentre outros:

- o não cumprimento de Cláusulas contratuais;
- falência;
- cessão ou subempreitada parcial ou total das obras sem prévia autorização **CEDAE**;

**15.1.1.** A rescisão de que tratam os artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93, se opera por ato unilateral da **CEDAE** (art. 79 - inciso I) sem que caiba à **CONTRATADA**, em hipótese alguma ou a qualquer título, direito a indenização a não ser o pagamento das parcelas realmente executadas e aprovadas pela Fiscalização da **CEDAE**, dele descontados quaisquer créditos da **CEDAE**, relativos a danos e/ou prejuízos decorrentes da execução das obras ou das multas que lhe venham a ser aplicadas, independentemente das demais penalidades a que estiver sujeita a **CONTRATADA**.

**15.1.2.** Não havendo culpa da **CONTRATADA**, para a ocorrência da rescisão, fará ela jus ao ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados de conformidade com o parágrafo 2º, artigo 79 da Lei 8.666/93.

**15.1.3.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR**



**16.1.** Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à Fiscalização da **CEDAE** e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.

**16.2.** Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a **CONTRATADA** ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação de a **CEDAE** remunerá-las.

**16.3.** A ocorrência de fatos próprios às condições climáticas regionais, bem como suas consequências, não serão consideradas causas para prorrogação do prazo contratual estabelecido na Cláusula 2ª deste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – EXCEÇÃO DE IMPEDIMENTO**

**17.1.** Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o CONTRATANTE, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

**17.2.** A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ENCARGOS**

**18.1.** A **CONTRATADA** será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes às legislações fiscal, comercial, trabalhista e previdenciária que incidam ou venham a incidir sobre o presente Contrato, os quais correrão por sua exclusiva conta.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**19.1.** Este Contrato só poderá ser alterado ou modificado em quaisquer de suas Cláusulas, mediante aditivo contratual, que deverá ser remetido, em no máximo 15 (quinze) dias a partir de sua publicação, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - FACULDADE DE USO**

**20.1.** O atraso, tolerância ou omissão por parte da **CEDAE** no exercício de quaisquer direitos que lhe assistem na forma deste Contrato, do Edital de Licitação ou da Lei em geral, não poderão ser interpretados como novação ou renúncia a tais direitos, podendo a **CEDAE** exercitá-los a qualquer tempo.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

**21.1.** As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado,

quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da CONTRATANTE, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

**21.2.** Caso a CONTRATANTE tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO**

**22.1.** Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato até o décimo quinto dia útil seguinte ao da sua assinatura.

**22.2.** O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**23.1.** Todos os originais dos documentos, estudos, fluxogramas, especificações, folhas de cálculos, etc., elaborados pela **CONTRATADA** serão propriedade da **CEDAE** e neles não deverá constar qualquer declaração que limite este direito.

**23.2.** À **CONTRATADA** é vedado dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros qualquer dado, documentação preparada ou recebida para a execução das obras, dar entrevistas faladas ou escritas, salvo com prévia e formal autorização da **CEDAE**.

**23.3.** A **CONTRATADA** providenciará todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços especificados neste Contrato.

**23.4.** A **CEDAE** não será responsável por quaisquer danos ou prejuízos que a **CONTRATADA**, direta ou indiretamente, por si ou seus prepostos, causarem a terceiros em virtude da execução das obras de que cuida este Contrato. Em qualquer hipótese, a **CONTRATADA** será, sempre, a única e exclusiva responsável pelo seu ressarcimento.

**23.5.** Em caso de divergência entre as condições do Edital e este contrato, prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da **CONTRATADA**, esta prevalecerá.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – CASOS OMISSOS**

**24.1.** Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - FORO**

**25.1.** Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes deste Contrato, o foro competente é o da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem justas e contratadas, mandaram emitir o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor, que assinam com as testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 2018.

Pela **CEDAE**:



**JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD**  
Diretor Presidente



**HELENO SILVA DE SOUZA**  
Diretor de Distribuição e Comercialização do Interior

Pela **CONTRATADA**:



**JULIO CHITMAN**  
Sócio Administrador

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Ref. contr-CHISON-serviço-manutenção-ramais-lote-II-CN-001-16-VB



D.O. DE 23.06.2006  
PÁGINA 39 - 1ª COLUNA DESPACHO DO PRESIDENTE  
DE 15.05.2006

Processo nº E-26/71.788/9 - FLACIANO MOSSA GOMES  
Onse de lb: „4.670 (quatro mil seiscentos e setenta) dias...  
Lcia-se: „4.666 (quatro mil seiscentos e sessenta e seis) dias...  
Id: 2082349

## Secretaria de Estado de Transportes

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES  
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS  
DESPACHOS DO PRESIDENTE EM EXERCÍCIO  
DE 23.11.2017

PROC. Nº E-10/005/12327/2017 - APROVO o modelo de planta nº 015.9306, requerido por Caio Induslar LTDA, com as seguintes especificações:  
Carroceria: Urbano Apache Vp, com ar condicionado e plataforma elevatória no entre-eixo.  
Chassi: MGB OF-1721 Euro V  
Distância entre eixos: 5.850mm  
Lotação: 39 passageiros sentados e 32 passageiros em pé: 1 cadeirante.

PROC. Nº E-10/005/12328/2017 - APROVO o modelo de planta nº 015.9352, requerido por Caio Induslar LTDA, com as seguintes especificações:  
Carroceria: Micromaster Urbano Apache Vip, com plataforma elevatória no entre-eixo.  
Chassi: MGB OF-1519 Euro V  
Distância entre eixos: 5.250mm  
Lotação: 37 passageiros sentados e 26 passageiros em pé.  
Obs.: Sem posto de cobrador.

PROC. Nº E-10/005/12329/2017 - APROVO o modelo de planta nº 015.9358, requerido por Caio Induslar LTDA, com as seguintes especificações:  
Carroceria: Urbano Apache Vip, com ar condicionado e plataforma elevatória no entre-eixo.  
Chassi: MGB OF-1721 Euro V  
Distância entre eixos: 5.850mm  
Lotação: 41 passageiros sentados e 33 passageiros em pé: 1 cadeirante.

DE 12.01.2018

PROC. Nº E-10/005/14622/2017 - Cooperativa COOTACOM (RJ-714): AUTORIZO a incorporação e registro do veículo e respectivo cupo, conforme abaixo discriminado, para operação do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros sob o regime de fretamento:

Coproprio	Veículo	Placa
Rogério Soares de Oliveira	Renault Master	FMF0814

Id: 2082388

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES  
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS  
DESPACHOS DO PRESIDENTE EM EXERCÍCIO  
DE 27.11.2017

PROC. Nº E-10/005/12102/2017 - DEFIRO, com base nos pareceres da Diretoria Técnica Operacional e da Assessoria Jurídica.

DE 08.12.2017

PROC. Nº E-10/005/6257/2017 - DEFIRO, com base no Parecer da Assessoria Jurídica, a qual seja realizado o procedimento licitatório.

DE 16.01.2018

PROC. Nº E-10/005/7662/2018 - DEFIRO, com base no Parecer da Diretoria Técnica Operacional.

Id: 2082356

## Secretaria de Estado do Ambiente

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRODESPACHOS DA PRESIDENTE  
DE 10.01.2018

PROC. Nº E-07/020/342/2017 - RAFAEL ANDERSON TENÓRIO FRISCHSEN, Analista de Gestão Organizacional, ID Funcional 4436099-0. De acordo com o disposto no art. 129 do Decreto nº 2.479, de 08/03/1979, CONCEDO 03 (três) meses de Licença Especial relativa ao período base de 01/11/2012 a 21/11/2017.

PROC. Nº E-07/020/335/2017 - SIMONE DO CARMO LEITE LEÃO, Assistente Executivo, ID Funcional 4436191-2. De acordo com o disposto no artigo 129 do Decreto nº 2.479, de 08/03/1979, CONCEDO 03 (três) meses de Licença Especial relativa ao período base de 01/11/2012 a 31/10/2017.

Id: 2082404

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE  
DIRETORIA DE GESTÃO E GESTÃO  
GERÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOASDESPACHOS DA GERENTE  
DE 19.01.2018

PROCESSO Nº E-07/020/796/2018 - De acordo com o Decreto nº 2.479/79, procedemos à apuração de Tempo de Serviço para fim de Licença Prêmio do servidor RENEALDO DE ALMEIDA, ID nº 2145791-3, ID nº 2145791-3. Cargo Administrador. Sendo assim, AUTORIZO a concessão de 03 (três) meses de benefício, tendo em vista o direito relativo ao período-base de 22/11/2010 a 20/11/2015.

DE 22.01.2018

PROCESSO Nº E-07/020/642/2018 - De acordo com o Decreto nº 2.479/79, procedemos à apuração de Tempo de Serviço para fim de Licença Prêmio do servidor AMARILDO DA SILVA CRUZ, ID nº 2690444-8, Cargo Ajudante Operacional. Sendo assim, AUTORIZO a concessão de 18 (dezoito) meses do benefício, tendo em vista o direito relativo aos períodos-base de 02/12/1987 a 25/11/1992 e 30/11/1992 a 28/11/1997, 29/11/1997 a 27/11/2002, 28/11/2002 a 26/11/2007, 27/11/2007 a 24/11/2012 e 25/11/2012 a 23/11/2017.

Id: 2082510

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE  
DE 05/01/2018

DESIGNA ROGÉRIO SANTOS, Engenheiro B, como Presidente, SANDRO ARANTES DRUMOND COUTINHO, Agente de Saneamento F, EDUARDO FREIRE DA SILVA VARGAS, Agente Administrativo E, como membros titulares e GABRIELA GRIBOLIA DE AVILA, Engenheira D, como membro suplente, Gerente do Contrato JOSÉ RIBAMAR GOMES DE SENA JUNIOR, Agente de Saneamento F e CLAUDIO AMOY LESSA, Eng. Operacional II, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do contrato destinado à execução dos "SERVIÇOS CONTÍNUOS DE APOIO, REPARO, COMPLEMENTOS

E MANUTENÇÃO DOS RAMAIS, LIGAÇÕES PREDIAIS, REDES E ELEVATORIAS NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTOS DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, INCLUSIVE REPOSIÇÃO DE PAVIMENTO NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA DIRETORIA DO INTERIOR - LOTE III, de que trata o Processo nº E-17/100.443/2015. Ordem de Serviço E nº 14.876/2018.

Id: 2082514

Secretaria de Estado de  
Esporte, Lazer e JuventudeCOMISSÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS INCENTIVADOS  
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018

No dia 16 de janeiro de 2018, às 16:00 horas, reuniu-se nas dependências da Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude do Rio de Janeiro, localizada na Rua do Carmo nº 27 - 14º andar, com o objetivo de discutir e aprovar a Comissão de Projetos Esportivos Incentivados. Iniciados os trabalhos, a Comissão avaliou os projetos considerando critérios objetivos descritos em lei, a oportunidade e conveniência da realização dos mesmos, em acordo com a estratégia das políticas públicas do Estado em especial às que se referem às diretrizes da Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude para o fomento, para a democratização e para a promoção social e esportiva no Estado do Rio de Janeiro, decidindo por unanimidade, com os votos dos membros: Secretário Estadual de Esporte, Lazer e Juventude, Thiago Pamplona Gonçalves; Bruno Garcia Redondo; José Ricardo Ferreira Brito; Thiago Couto Lage, os seguintes projetos para a posterior emissão do Certificado Mérito Esportivo: (I) Andara Rumo à 1ª Divisão - Ano II (E-30/001/625/2017); (II) Jogos Caracóis de Verão 2018 (E-30/001/017/2018). Além dos relatores, participou desta reunião o representante do corpo técnico de análises da Comissão Bruno Manduca de Freitas, bem como Vinícius Medeiros Boaventura e Washington Fernandes Lima. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata que, depois de lida e achada conforme, foi por todos assinada.

Id: 2082319

## Procuradoria Geral do Estado

## CONSELHO DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

## ATA DA 519ª SESSÃO

Ao dia 16 (dezessete) do mês de janeiro de dois mil e dezoito, no Edifício Sede da Procuradoria Geral do Estado, situado na Rua do Carmo nº 27 - 14º andar, compareceram à 519ª Sessão do Conselho da Procuradoria Geral do Estado, sob a Presidência do Procurador-Geral Interino Claudio Roberto Pileucetti Marques, os Procuradores do Estado, Lucia Léa Guimarães Tavares, Rogério Carvalho Guimarães, Adriana Bragança Dias da Silva, Viviane Coser Viana, Paulo Enrique Wainier de Oliveira, Daniele Farias Dantas de Andrade Ury, Flavio de Araujo Willeman, Nathalie Carvalho Jordano Mecced, Fabiano Pinto de Magalhães, Adriana Prata de Freitas, Julia Vinhas Turina, Adriana De Baze Nuno, Rafael Nollm de Minto, Flavio Lessa Beraldo Magalhães, Bruno Teixeira Dubeux, Renato Corim Nacif, Joner Augustus Toledo de Carvalho Folly, Emerson Barbosa Maciel, Fabiana Morais Braga Machado, José Carlos Vasconcelos dos Reis, Roberta Monnet Alves, Marcia Latge Mannheim, Andréa Braga Pexolo e Erick Tavares Ribeiro, eleitos Conselheiros, conforme Ata de Eleição publicada no Diário Oficial de 18 de dezembro de 2017. Os procuradores eleitos que não puderam estar presentes serão convidados a comparecer à Assembleia em ocasião oportuna, para assinatura do livro da posse. Também estiveram presentes o Subprocurador-Geral do Estado Fernando Barbaei Martins, o Procurador-Corregedor André Ury, a Procuradora-Corregedora Assistente Janaina Andrade Sousa Cruz e o Diretor-Presidente da AFRPU Bruno Hazan Carneiro. D ante dos presentes, foi declarada aberta a sessão e designada para secretar os trabalhos a Procuradora-Corregedora Assistente. Iniciados os trabalhos, foram empossados os Conselheiros Titulares e seus Suplentes presentes. Ao término, prosseguiu a sessão, com a presença do Presidente e dos Conselheiros Adriana Bragança Dias da Silva, Daniele Farias Dantas de Andrade Ury, José Carlos Vasconcelos dos Reis, Lucia Léa Guimarães Tavares, Adriana Prata de Freitas, Andréa Braga Pexolo, Joner Augustus Toledo de Carvalho Folly, Flavio de Araujo Willeman, Bruno Teixeira Dubeux, Rafael Nollm de Minto e Fabiana Morais Braga Machado, retirando-se os demais procuradores. Em seguida, foram analisados os processos nºs E-14/001.014548/2014 - Luciana Broedel Pascoal, E-14/001.014555/2014 - Arinda Graciela Paula de Oliveira Coimbra e E-14/001.030272/2013 - Fernanda Moura Rezende Caran, referentes a Estágio Probatório dos servidores. Após a leitura das avaliações, por unanimidade, as mesmas foram aprovadas no Estágio Probatório. Não havendo mais a ser discutido, o Presidente do Conselho deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, a Procuradora-Corregedora Assistente lavrou a presente Ata, que vai por ambos assinada.

Id: 2082454

## DIRETORIA DE GESTÃO

DESPACHO DA DIRETORIA DE GESTÃO  
DE 16/01/2018

"PROCESSO Nº E-14/001.0555128/2017 - AUTORIZO a Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 24, inciso II, da Lei nº 8.668/93 e alterações posteriores, em favor da empresa MKR Eletrônica Ltda - ME (CNPJ: 08.032.199/0001-82). Em consequência, autorizo a realização da despesa no valor total de R\$ 4.950,00 (quatro mil novecentos e cinquenta reais), objetivando a prestação de serviços de desmontagem e montagem (DTM) de conjunto de módulos de arquivos desligantes.

"República por incorreção no original publicado no D.O. de 17/01/2018.

Id: 2082425

AVISOS, EDITAIS E  
TERMOS DE CONTRATOSecretaria de Estado da  
Casa Civil e Desenvolvimento Econômico

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

DEPARTAMENTO DE TRÁNSITO DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 222/13. PARTES: DETRAN/RJ e COMPANHIA DE LOGÍSTICA OAS AMÉRICA. OBJETO: Alteração qualitativa da LOCAÇÃO DAS SERVIDORES. Alteração qualitativa que consista na mudança do modelo do veículo licenciado para o modelo Ford KA SE PLUS 1.5 AP; Reajustar de acordo com o INPC no percentual de 9,58260% relativos ao período de agosto de 2015 a julho de 2016, com vigência prevista para o período de 1º de agosto de 2016 a 31 de julho de 2017 e no percentual de 2,077580%, relativo ao período de agosto de 2016 a julho de 2017, com vigência a partir de 1º de agosto de 2017. Prorrogar por 12 (doze) meses o prazo de vigência que passará a ser 08/01/2018. VALOR TOTAL ESTIMADO DO TERMO ADITIVO: R\$ 620.772,61 (seiscentos e vinte mil setecentos e setenta e dois reais e cinquenta e um centavos). GESTOR: Wálian Pimentel Junior. Identidade Funcional nº 5087169-2. DATA DA ASSINATURA: 22/01/2018. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: II, do art. 57, do art. 65, inciso II, "b", da Lei nº 8.668/93.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-12/061/10808/2013.

Id: 2082613

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
LOTERIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Fomento nº 672/2017 - CONVERJ.

ASSINATURA: 16/01/2018.

PARTES: LOTERIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - LOTERJ (CONCEDENTE) e a ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE MAGÉ (PARCEIRA).

OBJETO: O presente Termo de Fomento tem por objeto desenvolver ações de proteção social especial de média complexidade para atender 60 (sessenta) jovens e adultos com deficiências múltiplas, envolvendo as políticas de assistência social, saúde e educação conforme detalhado no Plano de Trabalho (Anexo I), devidamente aprovado pela Administração Pública. O objeto deste Termo de Fomento está inserido no âmbito do PROGRAMA LOTERJ JÁ AUTONOMIA SIM 4ª, para fins de cobertura suplementar dos custos e despesas das atividades da Parceira visando a sua plena execução, que tem por diretrizes a assistência aos cidadãos com deficiências motoras, intelectuais, auditivas, visuais ou múltiplas.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

FUNDAMENTO: Lei Federal nº 13.013/2014, Lei Estadual nº 269/79, Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, Lei Federal nº 4.320/64, Lei Estadual nº 5.981/2011, os Decretos Estaduais nº 43.463/2012 e nº 44.879/2014, no que couber, e pelas demais disposições legais aplicáveis à matéria, assim como pelas Cláusulas e condições do presente termo.

GESTORA: ROSE MARY SUETH DE OLIVEIRA - ID Funcional nº 618870-2.

PROCESSO Nº E-12/080/648/2017.

Id: 2082518

## IMPrensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro

## AVISO

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2018

OBJETO: Contratação de serviço para manutenção preventiva e corretiva de ar condicionado e cortinas.

DATA : 05/02/2018

HORÁRIO: 10:00 horas

LOCAL: www.casex.gov.br

PROCESSO Nº E-12/079/0766/2017

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico www.casex.gov.br

Id: 2082620

## Secretaria de Estado de Governo

## COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

## AVISOS

A COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO da Secretaria de Estado de Governo torna público para conhecimento dos interessados que, a licitação realizada no dia 19/01/2018 às 11:00 horas, na modalidade de Pregão Eletrônico, nº 043/2017 - R1 R1, que objetiva aquisição de 02 (duas) Baterias Automotivas, 01 (um) Bebêdouro, 2 (dois) Inversores e 1 (uma) Maleta de ferramentas para atender as demandas da Operação Lapa Presente, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Instrumento Convocatório, restou DESERTA - Devidamente justificado no Processo Administrativo E-15/001/1343/2017.

A COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO da Secretaria de Estado de Governo torna público e para conhecimento dos interessados que, a licitação realizada no dia 19/01/2018 às 11:00 horas, na modalidade de Pregão Eletrônico, nº 047/2017 - R1 R1, que objetiva a aquisição de 30 (trinta) bicicletas Sport Comfort, aro 26 em alumínio, 02 (dois) cadeados cr-20 e 15 (quinze) correntes de ferro 10 (dez) metros, para atender as demandas da Operação Lapa Presente, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Instrumento Convocatório, restou DESERTA - Devidamente justificado no Processo Administrativo E-15/001/1343/2017.

A COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO da Secretaria de Estado de Governo torna público e para conhecimento dos interessados que, a licitação realizada no dia 19/01/2018 às 10:00 horas, na modalidade de Pregão Eletrônico, nº 041/2017 - R1 R1, que objetiva a aquisição de 25 (vinte e cinco) cones de sinalização, 04 (quatro) mesas camping, 20 (vinte) cadeiras camping, 01 (uma) corrente de sinalização e 15 (quinze) pedestais para sinalização, para atender as demandas da Operação Lapa Presente, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Instrumento Convocatório, restou DESERTA - Devidamente justificado no Processo Administrativo E-15/001/1343/2017.

Id: 2082457

## Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento

## SUBSECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA

## SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

## AUDITORIA FISCAL REGIONAL DO INTERIOR - BARRA DO PIRAI

## - AFR 03.01

## EDITAL

O AUDITOR FISCAL - CHEFE DA AUDITORIA FISCAL REGIONAL DO INTERIOR - BARRA DO PIRAI, AFR 03.01, no uso de suas atribuições legais, cientifica o contribuinte, abaixo citado, para comparecer a repartição fiscal, sito na Rua Paulo de Frontin, 132, Centro, Barra do Piraí - RJ, no prazo de 15 (quinze) dias a partir da data da publicação do presente, para tomar CIÊNCIA DE INTIMAÇÃO, referente aos relatórios de ações fiscais citadas abaixo, em atendimento à solicitação do Auditor Fiscal da Receita Estadual ALEX SANDRO NOGUEIRA ROCHA, Matrícula 0.264.855-2.

Intimacao nº	069952-311
RAF nº	069952-311
Contribuinte	POSTO CARRELE LTDA
Endereço	Rua General Nazareth, 120 Bairro Centro, Barra do Piraí - RJ.
Inscrição	Estat. 04.724.114
Ins. nº	28.576-7430201-33
CNPJ	

Id: 2082474

## SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA

## SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

## AUDITORIA FISCAL REGIONAL DO INTERIOR - NOVA IGUAÇU

## - AFR 35.01

## EDITAL

O AUDITOR FISCAL CHEFE DA AUDITORIA-FISCAL REGIONAL DO INTERIOR - NOVA IGUAÇU - AFR 35.01, no uso de suas atribuições legais, vem solicitar o comparecimento do contribuinte responsável pela firma, abaixo citada, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data desta publicação. O processo encontra-se no setor Cadastro desta repartição fiscal, localizada na Rua Com Walmar nº 353, 3º Andar - Centro, Nova Iguaçu.



01	I- Número do projeto	E-18/001/1446/2017
	II- Título do projeto	Desfiles do Carnaval de Rua 2018 - Sebastiana